



**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

KAUANE PEREIRA DOS SANTOS

**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DA VULNERABILIDADE
SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**ICÓ-CE
2024**

KAUANE PEREIRA DOS SANTOS

**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DA VULNERABILIDADE
SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Psicologia, pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção de qualificação e de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso TCC II, sob a orientação do(a) Professor(a) M.^a Samara Rocha Magalhães Diógenes.

KAUANE PEREIRA DOS SANTOS

**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DA VULNERABILIDADE
SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho aprovado em 26 / 11 / 2024, como requisito para a aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado.

BANCA EXAMINADORA:

Samara R. Magalhães Diógenes

M.^a Samara Rocha Magalhães Diógenes
Orientador (a)

Bruna Alobened Dantas

Bruna Alobened Dantas
Avaliador (a)

Isabela Bezerra Ribeiro

Isabela Bezerra Ribeiro
Avaliador (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a força, a coragem e a sabedoria necessárias para enfrentar cada desafio ao longo desta jornada acadêmica. Sem a sua graça e bênçãos, eu não teria conseguido chegar até aqui. Agradeço também aos meus pais que são a minha base. A vocês, agradeço por todo o amor e apoio ao longo desta jornada acadêmica. Vocês me mostraram que com determinação e fé, todos os obstáculos podem ser superados, este trabalho é uma homenagem a tudo que fizeram por mim.

Resalto aqui que eu não teria chegado até o final desse processo se não fosse por você minha mãe, agradeço por ser meu pilar de força e inspiração. Seu amor incondicional, suas palavras de encorajamento e sua dedicação incansável me deram a motivação necessária para seguir em frente. Cada sacrifício que você fez por mim, cada oração de joelhos no chão não passaram despercebido e sou eternamente grata por tudo.

Também quero agradecer ao meu namorado John Weyne, cujo amor e apoio incondicionais foram essenciais durante toda esta jornada. Sua paciência, encorajamento e presença constante me deram forças para seguir em frente, obrigada por acreditar em mim, tenho total certeza que você é uma pessoa muito importante em minha vida sou grata por ter você ao meu lado.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores, cuja dedicação e sabedoria foram fundamentais para minha formação acadêmica. Obrigada por cada aula inspiradora, cada conselho valioso e cada palavra de incentivo. Vocês me proporcionaram o conhecimento e a confiança necessários para alcançar meus objetivos.

Ao longo dessa caminhada encontramos pessoas que deixa a caminhada mais leve. Quero agradecer a vocês meus colegas e amigos de faculdade, cuja amizade e cooperação foram essenciais durante minha trajetória acadêmica. Obrigada por cada estudo em grupo, cada troca de conhecimento e cada palavra de incentivo. Vocês fizeram desta jornada uma experiência enriquecedora e inesquecível.

Finalizo agradecendo a minha Orientadora Professora Samara, obrigada por sua paciência, dedicação e orientação durante a elaboração deste trabalho. Sua sabedoria e conselhos foram fundamentais para a conclusão deste estudo. Você é um ser muito iluminado e altamente inteligente, levarei como inspiração para minha vida profissional.

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Kauane Pereira dos Santos¹
M.^a Samara Rocha Magalhães Diogenes²

RESUMO

Apesar dos avanços nas leis e programas que protegem a criança, o adolescente e a família, ainda há grandes dificuldades que impactam diretamente a saúde mental desses grupos. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura científica sobre o impacto da vulnerabilidade social na saúde mental de crianças e adolescentes. Para isso, foram realizadas pesquisas nas bases de dados como Scielo e Psycinfo, no período de março a novembro de 2024, sobre a vulnerabilidade e saúde mental em crianças e adolescentes. O estudo gerou três categorias: 1) Vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes; 2) Saúde mental no contexto de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e 3) Impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Os resultados evidenciaram que a literatura retrata que, embora tenha ocorrido avanços nas políticas públicas voltadas para intervenções em situações de risco na infância e na adolescência, ainda persistem desafios significativos, especialmente no campo da saúde mental.

Palavras chaves: Vulnerabilidade Social. Saúde Mental. Criança. Adolescência.

ABSTRACT

Even with advances in laws and programs that protect children, adolescents, and their families, there are still major difficulties that directly impact the mental health of these groups. This study aimed to conduct a narrative review of the scientific literature on the impact of social vulnerability on the mental health of children and adolescents. To this end, research was conducted in databases such as Scielo and Psycinfo, from March to November 2024, on vulnerability and mental health in children and adolescents. The study generated three categories: 1) Social vulnerability in the lives of children and adolescents; 2) Mental health in the context of social vulnerability of children and adolescents; and 3) Psychosocial impacts on the lives of children and adolescents in social vulnerability. The results showed that the literature portrays that, despite advances in public policies aimed at interventions in risk situations in childhood and adolescence, significant challenges still persist, especially in the field of mental health.

Keywords: Social Vulnerability. Mental Health. Child. Adolescence.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. E-mail: kauanepereira059@gmail.com

² Me. em Psicologia Social pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR. E-mail: samaramagalhaes@univs.edu.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), as organizações e funcionamento dos serviços são realizados por meio do conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS) que define saúde como um estado completo de bem-estar físico, psíquico, social e espiritual (Marques et al, 2016). Para isso, leva em consideração fatores como alimentação, trabalho, renda, saneamento básico, acesso a bens, serviços e informações que influenciam nesse processo de saúde e doença. Assim, os serviços serão realizados através da promoção, proteção, e recuperação da saúde. Considerando esses fatores citados acima, teremos como base para compreender os impactos da vulnerabilidade social na saúde mental de crianças e adolescentes (Carmo e Guizardi, 2017).

A concepção de vulnerabilidade apresenta a multideterminação de sua origem, não estritamente condicionada a ausência ou precariedade no acesso à renda, mas está atrelada também às fragilidades de vínculos afetivos, relacionamentos, desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Tendo em vista que a regulamentação das Políticas Públicas de Assistência Social teve início em um momento de contradições diante das Políticas Públicas de Saúde, quando foi instituída em 2004 a Política Pública Nacional de Assistência Social (PNAS) explicitou em seu contexto que a vulnerabilidade social é expressa por diferentes fatores e situações que podem acometer os sujeitos em seu contexto de vida, e o campo de atuação de suas ações (Carmo e Guizardi, 2017).

A conceituação de vulnerabilidade social está ligada às condições inerentes ao ser humano, naturalmente aquele que necessita de ajuda, diz muito sobre o estado de ser/estar em perigo. Dessa forma, a saúde e todo o desenvolvimento humano sofrem influências de eventos aos quais são expostos ao longo da vida. Diante disso é possível inferir que, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem desenvolver transtornos e sofrimento psíquico que causam dificuldade para o indivíduo. A saúde mental é determinada por fatores sociais, psicológicos e biológicos. Exemplos de riscos para a saúde mental são: pessoas e grupos que se encontram nas pressões socioeconômicas, indicadores de pobreza, baixa escolaridade e podem estar relacionadas ao estilo de vida não saudável, condições de trabalho, mudanças sociais, exclusão social, risco de violência, discriminação de gênero e violação dos direitos humanos (Souza et al., 2019).

Dessa forma a OMS preconiza que a adolescência vai de 10 aos 20 anos incompletos, entretanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) enfatiza que essa fase vai dos 12 aos 18 anos (Fonseca et al., 2013). O ECA garante que: Cap. II. Do Direito a Liberdade, ao

Respeito e a Dignidade. Art.15 A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantida na constituição das leis (Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90). A saúde mental de crianças e adolescentes é um problema de Saúde Pública. No Brasil a prevalência de transtornos mentais tem sido estimada em 13% podendo ser ainda maior, chegando 26,7% em adolescentes de 12 a 14 anos e a 33,6% entre 15 e 17 anos. Além de todos esses riscos podem-se destacar os riscos do trabalho infantil, da exploração sexual de crianças e jovens. As personalidades podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, gravidez precoce e práticas de roubo (Magalhães et al., 2021).

Pesquisas mostram que os envolvimento e desempenhos que as ocupações dos sujeitos que vivem em condições de vulnerabilidade social afetam sua saúde mental, uma vez que, situações de privação e injustiças impedem ou apresentam dificuldades em relação às participações nas ocupações cotidianas significativas como: limitação social de determinados grupos, dificuldade a um ensino de qualidade, moradia digna, escassez de trabalho dentre outros necessárias e desejadas na infância e na adolescência. Essas limitações causam um mau desempenho no bem-estar de uma vida digna das pessoas e grupos de comunidades vulneráveis (Souza et al., 2019).

A noção de vulnerabilidade social, segundo Bronzo (2007), está ligada ao risco social que envolve várias situações, desde eventos da natureza como também do ciclo de vida e os riscos sociais e econômicos. As questões de interações em diversas condições como: culturais, políticas, jurídicas e subjetivas, proporcionam uma colaboração para orientar políticas públicas para o enfrentamento das questões sociais sobre a vulnerabilidade social. Torna-se importante compreender as razões e as formas como os grupos sociais sofrem o processo de vulnerabilidades e de suas condições de existências (Guareschi 2021).

Diante do que foi exposto é importante analisar os aspectos micro e macro que vão desde a organização social até os modos de vida no cotidiano. Também se faz necessário identificar questões familiares que impactam diretamente as crianças e adolescentes, como por exemplo as rupturas nos laços familiares. Podemos citar contextos nos quais a mãe se envolve com drogas, e o pai em situação de encarceramento que evidenciam essas fragilidades, situações essas que acarretam sérios problemas no desenvolvimento da criança e adolescente. Pois o comportamento e a conduta dos mesmos mudam negativamente ou positivamente de acordo com os vínculos familiares (Souza et al., 2019).

Podemos destacar que a problemática está ligada às experiências de vulnerabilidade

social vivenciadas por crianças e adolescentes, tais como residir em comunidades violenta, ter escassez de recursos financeiros, passar por situações estressantes de vida e sofrer violências na comunidade ou intrafamiliar, ocorrendo grandes possibilidades de desenvolver problemas de saúde mental. Além disso, podem contribuir para o fracasso de algumas Políticas Públicas em comunidades desassistidas (Magalhães et al.,2021).

Esse contexto citado pode propiciar adoecimento psíquico das crianças e adolescentes que se encontram em estado de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o presente estudo, tem como objetivo realizar uma revisão narrativa da literatura científica sobre os impactos da vulnerabilidade social na saúde mental de crianças e adolescentes. Tendo como pergunta norteadora “Como a vulnerabilidade social pode impactar na saúde mental de crianças e adolescentes?”.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Analisar como a literatura científica aborda os impactos da vulnerabilidade social na saúde mental de crianças e adolescentes.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar as situações de vulnerabilidade social em crianças e adolescentes com impacto na sua saúde mental.
- Analisar as estratégias para o enfrentamento das violações da garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente em vulnerabilidade social na sua saúde mental.
- Verificar as ações voltadas para a garantia de direitos e deveres da criança e do adolescente em situações de vulnerabilidade social com relação à promoção de saúde mental.

3 METODOLOGIA

Para obter o objetivo, foi realizada uma pesquisa de revisão narrativa da literatura de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. A revisão de narrativa tem publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir determinados assuntos sobre uma temática específica. A a revisão narrativa é caracterizada por não ter a necessidade de esgotar as fontes de

informações, a seleção dos estudos e a interpretação das informações que está sujeito a subjetividade dos autores é adequada para a fundamentação de artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, ou seja, integra e articula o estado da arte sobre um determinado assunto (Rother, 2007).

A pesquisa qualitativa assume diferentes significados nos estudos das ciências sociais. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações, não se tratando de repetição de teorias, mas sim de gerar conhecimento mais aprofundado para o avanço da ciência (Nevis, 1996). De modo geral os métodos descritivos dispõem de uma análise precisa de descrições dos fatos estudados, sendo de extrema importância para o desenvolvimento do estudo. (Gil, 2017). Já as pesquisas exploratórias têm o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando mais explícito ou construindo hipóteses. Tendo um planejamento bem flexível, e a coleta de dados pode ocorrer da seguinte forma: levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas e análises de exemplos que estimulem compreensão (Gil, 2017).

Após o delineamento da temática e discussão sobre a problemática foram elaboradas estratégias para compreender as primeiras tarefas quanto ao processo de busca dos dados. Sendo realizada no período de Março a Setembro de 2024 nas bases de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSICO) e Scientific Electronic Library (Scielo) com os seguintes descritores: vulnerabilidade social, adolescência, infância e saúde mental. A consulta nas bases de dados deu-se pela escolha das produções científicas publicadas a partir de estudos realizados no Brasil nos últimos 10 anos sob a respectiva temática escolhida e tendo como pergunta norteadora: Como a “vulnerabilidade social pode impactar na saúde mental de crianças e adolescentes?” O que gerou três categorias: 1) vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes; 2) saúde mental no contexto de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e 3) os impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Os critérios de inclusão para a escolha dos artigos foram publicações científicas brasileiras originais, publicadas entre 2014 e 2024. Para a coleta de dados e melhor explicação dos objetivos desta revisão, foi estabelecido um processo de busca direcionado para encontrar os artigos que melhor correspondem ao objetivo de oferecer respaldo e legitimidade às pesquisas. A pesquisa foi realizada em cinco etapas para detalhar os objetivos: Etapa 1 - busca nas bases de dados eletrônicas mencionadas anteriormente, tendo "vulnerabilidade social" “saúde mental”, “criança” e “adolescência” como palavras-chaves; Etapa 2 - filtragem dos artigos, organizando-os em um banco de dados; Etapa 3 - análise dos títulos e anos de

publicação dos artigos; Etapa 4 - leitura dos resumos dos artigos selecionados; e Etapa 5 - leitura completa dos artigos selecionados. A análise desta revisão narrativa contemplou um total de 21 artigos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e a discussão foram estruturados em três partes: 1) vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes; 2) saúde mental no contexto de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e 3) impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

4.1 Vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes

A temática da vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes revela que aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social são frequentemente submetidos a desigualdades socioeconômicas que promovem a marginalização, exclusão e a violação de direitos fundamentais. Essas condições contribuem para crises de identidade, sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. A falta de acesso à educação, trabalho digno, saúde, lazer, alimentação, cultura e recursos mínimos para a sobrevivência resulta frequentemente na inserção precoce no mercado de trabalho e, em muitos casos, no envolvimento de substâncias ilícitas e atividades criminosas, comprometendo assim suas perspectivas de futuro (Pereira, 2013).

No Brasil a vulnerabilidade apresenta um cenário diversificado, pois muitas vezes as condições de vida que os adultos podem oferecer para as crianças está relacionado a sua história de vida. Podemos assim identificar as relações familiares, nível de escolaridade, as oportunidades profissionais e condições habitacionais que muitas famílias não têm um lugar fixo para morar e acabam se mudando frequentemente de casa, bairro e até mesmo de cidade (Nunes, 2021).

Conforme apontado por Carrara (2016), a sociedade enfrenta a problemática da pobreza que afeta crianças e adolescentes, exacerbando a desigualdade social de maneira visível que afeta tanto a saúde física como a saúde emocional. Esta desigualdade, também se reflete no ambiente escolar, onde crianças e adolescentes de famílias menos favorecidas frequentemente carecem do apoio financeiro e intelectual dos pais. Para muitos destes jovens, frequentar a escola vai muito além da busca de ocupação e conhecimento, muita das vezes a escola representa não apenas um ambiente de aprendizagem, mas também uma oportunidade

de receber uma refeição e escapar temporariamente de uma realidade marcada pela tristeza. Esta disparidade de experiências ilustra a amplitude e complexidade das desigualdades sociais que permeiam a vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Na escola os profissionais de educação buscam ajudar como podem, mas diante de grandes dificuldades de salas muito lotadas acaba gerando falta de tempo para dedicação afetiva, cuidadosa que inclua e motive cada vez mais esses alunos dentro do ambiente escolar (Carrara, 2016).

A vulnerabilidade social afeta além da aprendizagem, o contexto familiar que pode comprometer as relações sociais e afetivas de crianças e adolescentes. Em 2019, 1,5 milhões de meninos e meninas ainda estavam fora da escola. Além do desafio de acesso escolar, há quem esteja na escola sem aprender. Muitos estudantes abandonam a escola ao serem reprovados diversas vezes, ou por gravidez precoce, envolvimento com drogas e muitos também deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar (Unicef, 2019). Para o Fundo das Nações Unidas a Infância (UNICEF), um dos momentos mais trágicos da violação dos direitos que meninos e meninas vivenciam no Brasil são os homicídios que acontecem principalmente na adolescência pois a cada hora alguém entre 10 e 19 anos de idade é assassinado no país (Unicef, 2019).

Diante do exposto, torna-se necessário adotar políticas públicas capazes de combater as desigualdades que geram um cenário de vulnerabilidade social. Com esse objetivo, foram criados os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para acolher crianças, adolescentes e famílias em situação de dificuldade. O CRAS é um local de apoio responsável pela execução de planos de inserção social, realizando o acompanhamento e monitoramento de benefícios, auxílios sociais e programas de alimentação (Porto et al., 2023).

O CRAS é considerado como uma das portas de entrada no SUAS que significa Sistema Único de Assistência Social, que promove e oferta as famílias de qualquer parte do Brasil os mesmos serviços, conforme a Política Nacional de Assistência Social e com a tipificação nacional de serviços socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009). Com o objetivo de proporcionar a proteção social a família, a infância, a adolescência e a velhice. Sendo importante promover ações que incentive a buscar a inserção ao mercado de trabalho e reabilitando a promoção da integração na comunidade para pessoas com deficiência, famílias desestruturadas que passam vulnerabilidades e pessoas idosas, essas pessoas necessitam de informação sobre benefícios básicos e por não ter conhecimento sobre seus direitos básicos, ficam à mercê e enfrentam muitos desafios (Autoridade, 2020).

Portanto, o CRAS é uma unidade pública municipal com base territorial, localizada em áreas com maior risco social de vulnerabilidade. Os serviços socioassistenciais incluem a

prestação de programas e projetos que promovem a proteção social básica às famílias, como: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (Guareschi, 2021).

Nesse contexto, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) desempenha um papel fundamental ao investigar e produzir referências nacionais para a atuação da psicologia nas políticas públicas. Como parte do sistema do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), o CREPOP colabora para a consolidação da profissão e para a promoção dos direitos humanos na sociedade. Cerca de 10 anos após o lançamento das referências técnicas para a atuação do psicólogo (a) no CRAS/SUAS, o foco da atuação incluiu populações historicamente marginalizadas no Brasil, atravessadas por desigualdades sociais relacionadas à pobreza, gênero, território, moradia e outros contextos (Guareschi, 2021).

As políticas públicas de intervenção são garantidas pela Constituição Federal. Diante disso, o governo brasileiro criou diversas medidas para melhorar a assistência a crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se baseia na proteção integral, garantindo o direito à vida e à saúde; o Conselho Tutelar, órgão público eleito pela comunidade para zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes; o Programa Bolsa Família (PBF), que promove a saúde e beneficia não só crianças e adolescentes, mas também famílias carentes em todo o Brasil, instituído pelo Governo Federal; e o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes do ensino público básico, através da prevenção, promoção e cuidado. Entre as ações realizadas pelo PSE estão avaliações de saúde bucal, promoção de alimentação saudável, atividades físicas, educação para a saúde sexual e reprodutiva, além da conscientização sobre o uso de álcool e outras drogas (Fonseca et al., 2013).

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a intervenção em situações de risco na infância e adolescência, persistem desafios significativos, especialmente no campo da saúde mental, que ainda é fortemente impactado pelas vulnerabilidades sociais. Embora essas políticas tenham ajudado a reduzir alguns fatores de risco, a complexidade e persistência das condições de vulnerabilidade social continuam a afetar profundamente o bem-estar psicológico de crianças e adolescentes. É crucial aprofundar a compreensão dos mecanismos pelos quais essas vulnerabilidades influenciam a saúde mental e desenvolver intervenções mais eficazes e integradas. Nesse sentido, a saúde mental de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social emerge como um tema central, exigindo atenção redobrada

e uma abordagem interdisciplinar para promover um desenvolvimento saudável e resiliente. Este aspecto será discutido no tópico seguinte.

4.2 Saúde mental no contexto de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes

Os problemas de saúde mental têm causas multifatoriais, incluindo determinantes biológicos, emocionais, sociais, econômicos e culturais. Durante a infância e a adolescência, esses problemas já podem manifestar-se, causando impactos significativos no desenvolvimento integral do indivíduo (Magalhães et al, 2021). Evidências indicam que cerca de metade das condições de saúde mental têm início por volta dos 13 a 14 anos de idade. Segundo a literatura, determinados contextos de vida caracterizados por adversidades e vulnerabilidades, podem precipitar graves problemas mentais em crianças e adolescentes (Magalhães et al., 2021). Essas experiências cotidianas, influenciadas por fatores sociais e econômicos, ressaltam a necessidade de uma compreensão aprofundada e de intervenções direcionadas para diminuir os efeitos negativos sobre a saúde mental nesse grupo etário.

Situações de vulnerabilidade social, como insegurança alimentar, violência, baixo suporte social por parte da família, amigos e outros, afetam diretamente a vida dessas crianças e adolescentes, potencializando sintomas internos como: ansiedade, depressão, isolamento social, e queixas somáticas que posteriormente venha interferir na vida adulta. Bem como jovens que vivem em condições desfavoráveis tem grandes chances de adquirir problemas de saúde mental que afetam o desempenho escolar, participação no mercado de trabalho e aumento na criminalidade (Magalhães et al., 2021). São inúmeras as situações de risco que ocorrem na vida de crianças, que resultam em traumas que caminham juntos até a fase adulta. A infância deve ser baseada em estudos e brincadeiras onde a família torna-se o maior responsável em proporcionar uma infância saudável e segura que fortaleça a criança e a ensine a seguir um caminho promissor. É de suma importância a participação dos pais, pois na ausência a criança fica em situação de vulnerabilidade social (Nunes, 2021).

Diante dos fatores sociais vivenciados na infância e adolescência que aumentam as chances do desenvolvimento de problemas de saúde mental, no Brasil passou a ser considerado um problema de saúde pública. De acordo com a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente (UNO, 1990). Pesquisas mostram que 32 milhões de meninos e meninas no Brasil vivem na pobreza, representando 63% do total de crianças e adolescentes do país. A pobreza é aqui entendida como multidimensional e implica fatores como renda, alimentação, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informações (Hubep, 2023).

Compreende-se que, desde muito cedo, crianças e adolescentes convivem com o descaso e a indiferença, sendo frequentemente vistos como "coitados" ou sujeitos com poucas condições. Essas circunstâncias os levam a buscar alternativas mais acessíveis, que nem sempre são positivas. Essa dinâmica pode ser compreendida como um fator de risco. A criminalidade, por exemplo, representa um elemento desfavorável, mas, ao mesmo tempo, atrativo para muitos jovens, levando-os, em muitos casos, a um caminho sem volta. É necessário questionar o contexto histórico, pois muitos se veem sem perspectivas de viver dignamente, e isso não se refere apenas às necessidades financeiras e materiais, mas também ao mínimo de respeito e igualdade de oportunidades. Diante dessas circunstâncias, crianças e adolescentes encontram nesses caminhos uma aparente solução para melhorar de vida, embora muitas vezes sejam opções ilusórias (Filho e Guzzo, 2006).

Estudos epidemiológicos indicam que aproximadamente 10% a 20% das crianças e adolescentes apresentam problemas de saúde mental, sendo a ansiedade, distúrbios de comportamento, hiperatividade e depressão as condições mais prevalentes. Entre os adolescentes, destaca-se a maior incidência de depressão, uso de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas, além de comportamentos autodestrutivos. Conforme salientado por Eliana Ribas, psicanalista da Prattein, essas questões se tornam especialmente relevantes durante a adolescência (Fundação Abrinq, 2021). Esses dados reforçam a necessidade urgente de intervenções preventivas e eficazes para lidar com os desafios de saúde mental enfrentados por jovens em diferentes contextos sociais.

A saúde mental de crianças e adolescentes está presente nas políticas públicas brasileiras, como estabelecido pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do SUS (BRASIL, 2011). Esse público necessita de uma atenção especializada, considerando suas particularidades. É essencial compreender e saber lidar com a saúde mental de crianças e adolescentes, tratando-a como um processo social de inclusão, com o objetivo de promover recursos e condições que garantam uma boa qualidade de vida (Farias e Rodrigues, 2020).

Além disso, no Brasil, cerca de 10% da população vive na pobreza, e 5,9% na extrema pobreza, segundo dados do IBGE (2021). Esses altos índices de pobreza, combinados com a elevada violência contra crianças e adolescentes, criam um ambiente de vulnerabilidade. Crianças que convivem diariamente com a escassez de alimentos, falta de atenção dos pais, exclusão escolar e ausência de serviços essenciais tendem a ter um comprometimento no desenvolvimento cognitivo, afetando sua saúde mental e aumentando

sua suscetibilidade ao contexto de substâncias psicoativas e na criminalidade (Magalhães, 2023).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a adolescência é um período crucial para o desenvolvimento de hábitos sociais, emocionais e psicológicos. A exposição a fatores de risco durante essa fase pode aumentar significativamente os impactos negativos na saúde mental. Portanto, é fundamental promover a saúde mental e o bem-estar, contribuindo para a construção da resiliência e capacitando os jovens a lidarem com situações adversas de maneira mais eficaz. Implementar atividades de promoção e prevenção da saúde mental, como intervenções psicológicas individuais, online e em grupo; intervenções focadas na família; programas educativos nas escolas; e iniciativas de psicoeducação, é essencial. Essas abordagens são fundamentais para atender às necessidades de adolescentes cuja saúde mental está comprometida pelas condições de vulnerabilidade (OPAS, 2020). Nesse contexto, é necessário aprofundar a análise dos impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o que será explorado no tópico seguinte.

4.3 Impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social

O tema dos impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é de extrema relevância, pois envolve uma série de fatores que afetam diretamente o desenvolvimento físico, emocional e social desses jovens. A negligência, caracterizada pelo abandono ou pela insuficiência de cuidados básicos, tanto físicos quanto emocionais, agrava ainda mais essa vulnerabilidade. Crianças e adolescentes que enfrentam desigualdade social, pobreza, exclusão, falta de acesso à educação, trabalho, saúde e lazer vivem um contexto de privações que compromete seu desenvolvimento (Rezende, Cappellari e Pagani, 2019). Além disso, a permanência prolongada em tais condições resulta em prejuízos significativos ao desenvolvimento humano, especialmente quando essas questões estão enraizadas em contextos culturais de exclusão (Magalhães et al., 2021). Este tópico busca explorar de forma mais aprofundada como esses impactos psicossociais influenciam o bem-estar e as perspectivas de futuro de crianças e adolescentes vulneráveis.

A violência com crianças e adolescentes pode acontecer na família ou extrafamiliar, tratando-se de uma violação dos direitos básicos. Embora o Brasil tenha uma das melhores e mais abrangentes legislações sobre o direito da criança e do adolescente ainda sim, é evidente a violação desses direitos, é possível que essas situações sejam comuns mediante a cultura em que estejam inseridos, pois seus avanços ainda apresentam limitações. Também podemos

citar o despreparo por parte de alguns profissionais que atuam nas suas diferentes áreas: saúde, educação ou jurídica. Diante disso podemos compreender que o meio social desestruturado pode causar diversas frustrações, considerando suas diferentes fases do desenvolvimento (Oliveira e Conceição, 2017).

Os impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são profundos e multifacetados, afetando diversos aspectos do desenvolvimento e do bem-estar desses indivíduos. A exposição constante a fatores de risco, como pobreza, violência, instabilidade familiar e falta de acesso a serviços básicos, pode resultar em uma série de dificuldades emocionais e comportamentais. Estudos indicam que esses jovens são mais propensos a apresentar sintomas de ansiedade, depressão, problemas de comportamento e dificuldades acadêmicas. Além disso, a falta de apoio social e recursos adequados podem agravar esses problemas, perpetuando um ciclo de desvantagem e comprometendo o desenvolvimento saudável. A compreensão desses impactos é essencial para o desenvolvimento de intervenções psicológicas e sociais que promovam a resiliência e o bem-estar, permitindo que essas crianças e adolescentes possam superar as adversidades e alcançar seu pleno potencial (Magalhães et al., 2021). É importante resaltar que criança e adolescentes que estão inseridos dentro de um contexto ao qual possuem divergências que limita seu acesso aos direitos básicos de vida está dando abertura para uma série de danos psicológicos que na maioria das vezes se prolonga até a vida adulta, sendo possível traçar um panorama das diversas situações que passam cotidianamente desde sua da infância como por exemplo: desamparo familiar, violência, injustiça social, fome e falta de recursos mínimos para a sobrevivência, essas são situações que causam tristeza, dor emocional e rejeição, podendo desenvolver comportamentos impulsivos como tentativa de suicídio e o uso de substâncias psicoativas (Ferrabras et al, 2023).

O contexto social desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, especialmente em comunidades desassistidas, onde a vulnerabilidade é constante. A falta de suporte e recursos nessas áreas agrava os desafios psicossociais enfrentados por crianças e adolescentes, tornando imperativo o desenvolvimento e a implementação de estratégias de intervenção eficazes. Tais estratégias devem focar na compreensão e na abordagem das vivências e experiências diárias desses jovens, garantindo que seus direitos básicos civis, políticos e culturais sejam respeitados e protegidos. Um ambiente que previne fragilidades nas primeiras fases da vida, ao mesmo tempo em que proporciona estímulos adequados, pode fazer uma diferença significativa no desenvolvimento saudável e resiliente dessas crianças e adolescentes (Tessarini et al., 2023). Assim, é essencial que as políticas

públicas e as intervenções psicológicas sejam direcionadas a criar condições favoráveis ao crescimento e ao bem-estar, reduzindo os efeitos adversos das vulnerabilidades sociais.

Conclui-se que a criação de ambientes de suporte e a formulação de políticas públicas inclusivas são fundamentais para minimizar os impactos das vulnerabilidades sociais no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A implementação de estratégias que promovam o acesso à educação, saúde e segurança pode fornecer a esses jovens as ferramentas necessárias para superar as adversidades. Além disso, o fortalecimento de laços comunitários e familiares é essencial para garantir que essas crianças tenham uma rede de apoio sólida, que as ajude a desenvolver uma identidade resiliente e um futuro promissor. Dessa forma, é possível promover a inclusão social e o desenvolvimento integral, mesmo em contextos adversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar como a literatura científica aborda o impacto da vulnerabilidade social na saúde mental de crianças e adolescentes. Assim como as questões sobre a vulnerabilidade social na vida de crianças e adolescentes e os impactos psicossociais na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Foi possível identificar a necessidade de repensar especialmente sobre o campo da saúde mental, que ainda é fortemente impactado pela vulnerabilidade social. É crucial aprofundar a compreensão dos mecanismos pelos quais essas vulnerabilidades influenciam a saúde mental, com o intuito de desenvolver intervenções mais eficazes e integradas. Com base na revisão de literatura, observou-se que a vulnerabilidade social está fortemente associada ao aumento de riscos à saúde mental de crianças e adolescentes. Estudos indicam que fatores como pobreza, violência doméstica e a ausência de suporte social agravam o desenvolvimento de sintomas psicológicos, como ansiedade, depressão e sentimentos de insegurança. A falta de políticas públicas eficazes e de acesso a recursos de saúde mental agrava esse quadro, evidenciando a necessidade de uma abordagem preventiva e de intervenção precoce. A revisão também sugere que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários pode atenuar os impactos negativos, promovendo um desenvolvimento emocional mais saudável.

Uma das limitações desta revisão foi a dificuldade em encontrar publicações nacionais sobre essa temática na área da Psicologia nos últimos cinco anos. Um aspecto importante desta análise foi compreender o contexto social, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, especialmente em comunidades desassistidas, onde a vulnerabilidade é constante. Embora o Brasil possua uma das legislações mais abrangentes

sobre os direitos da criança e do adolescente, ainda assim é evidente a violação desses direitos. Em parte, isso pode ser atribuído às limitações culturais e sociais em que esses indivíduos estão inseridos, as quais dificultam avanços significativos.

Diante disso, sugere-se a realização de estudos empíricos que visem criar estratégias focadas na compreensão e na abordagem das vivências diárias desses jovens, promovendo um ambiente que previna fragilidades nas fases iniciais da vida.

REFERÊNCIAS

AUTORIDADE. Perguntas frequentes – Sistema Único da Assistência Social (SUAS). 08 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/perguntas-frequentes-sistema-unico-da-assistencia-social-suas/>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, p. 230-232, 2011.

BRASILEIRO, Anuário Estatístico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34420>. Acessado em: 12/05/2024.

CARMO E. M.; GUIZARDI, L. F. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **CSP Caderno de Saúde Pública**, Brasília. V. 34 P. 1-14, 2018.

CARRARA, M. L. Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar. Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos, v. 1, p. 28, 2016.

DOMINGUES RAMOS, Valdenir. Tipos de revisão de literatura. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Faculdade de ciência agrônômica UNESP Campos de Botucatu. p. 01-09. Botucatu, 2015.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 125-141, 2006.

FARIAS, N. C.; RODRIGUES, M. C. Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais. **Psicologia da Educação**, n. 51, p. 85-96, p. 01-12, São Paulo 2020.

FERRABRAS, Giovanna; SILVA, Isabella; FREITAS Sthefany; SCHIAVONI, Maria. O Impacto da Vulnerabilidade social na Saúde Mental dos Adolescentes. Repositório Universitário da Ânima, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/293947b1-cb0e-43a2-b073-0a4b47cac16a>. Acesso em: 23 set 2024.

FONSECA, F. F.; et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas

brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, vol. 31, núm. 2, junho, 2013, p. 258-264 Sociedade de Pediatria de São Paulo, Brasil.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Saúde mental na infância e adolescência**. São Paulo, 2021. Disponível em: ebook-saude-mental-2021.pdf (fadc.org.br). Acessado em: 22/05/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas Ltda. 6 ed. São Paulo. 2017.

MAGALHÃES, Julia. **Impacto da pobreza na saúde mental de crianças e adolescentes, ações de políticas públicas e um estudo longitudinal da população vulnerável**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. P. 9-146. São Paulo 2023.

MAGALHÃES, Júlia; et al. **Vulnerabilidade social e saúde mental de crianças e jovens: relato de dois estudos longitudinais brasileiros**. Caderno de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento. São Paulo, v.21, n.2, p.9-38, 2021.

MARQUES, D. S. et al. **Encontro Internacional Direito a Saúde, Cobertura Universal e Integralidade Possível**. 2016.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa- Característica, Uso e Possibilidade**. Caderno de pesquisa em administração. V.1, nº 3,2º. São Paulo. 1996.

NUNES, Angélica Krause. **Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: intervenções possíveis por meio da ludicidade**. Repositório Institucional UERGS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2119>. Acesso em: 23 set 2024.

OLIVEIRA, S. M.; CONCEIÇÃO, I. G. M. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 12, n. 1, p. 129–146, 2017. Disponível em: http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1910.

OPAS. Saúde mental dos adolescentes. **Organização Pan-Americana de Saúde**. Disponível em: Saúde mental dos adolescentes - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org). Acessado em: 22/05/2024.

PAULA, Maria. **Conceito de infância na atualidade: uma análise**. Listologia. 2024. Disponível em: <https://listologia.com/conceito-infancia-atualidade/>. Acessado em: 22/05/2024

PEREIRA, S. E. F. N.; ENI, F. N. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar**. Aconchego, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2013.

PORTO, S. M. L. B.; OLIVEIRA B. C.A; FARIAS S. R.R. Vulnerabilidade Social: Um Olhar Sobre as Demandas de Crianças e Adolescentes. **Revista FSA**, v. 20, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/vulnerabilidade-social-um-olhar-sobre-as-demandas-de-criancas-e-adolescentes/>. Acessado em: 13/05/2024.

REZENDE, K.; CAPPELLARI, H.C.L.; PAGANI, L.A.G. **Crianças e adolescentes em**

situação de vulnerabilidade social no Brasil. Research, Society and Development. V.11, nº 1, p.01-10. 2022.

ROTHER, E. T. **Revisão Sistemática X Revisão Narrativa.** Editora Técnica da Acta Paulista de Enfermagem. 2007.

Saúde Mental de Crianças e adolescentes. **HubEP.** Disponível em: <https://hubep.org.br/saude-mental-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acessado em: 20/05/2024.

SOUZA, B. L; et al. **Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: Bem-estar, saúde mental e participação em educação.** Cad. Bras. Ter. Ocup, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

TESSARINI, G. A. L.; et al. **Vulnerabilidade social entre crianças e adolescentes: exposição, riscos, consequências e convívio familiar.** Projeto Integrado, Unifeob Centro Universitário Octavio Bastos p. 01-10. São João da Boa Vista- SP. 2023.

UNICEF. **Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil alerta UNICEF.** 14 de fevereiro de 2023. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>. Acessado em: 05/04/2024.

UNICEF. **Saúde mental infantil: como podemos cuidar da mente das crianças para garantir um desenvolvimento saudável?** 18 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/saude-mental-infantil>. Acessado em: 23/05/2024.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil.** v. 20, p. C3, 2019. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acessado em: 12/05/2024.